



9º Encontro Internacional de Política Social
16º Encontro Nacional de Política Social
 Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises
 Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023

Eixo: Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

Fundamentos do Serviço Social: breves reflexões acerca da estrutura sincrética e os desafios presentes à perspectiva crítica da profissão

Isabella Fresnedas Bolzan¹
Marcelo Nascimento de Oliveira²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar reflexões acerca dos Fundamentos do Serviço Social, tecendo considerações precisas acerca do sincretismo do Serviço Social e o direcionamento ético-político da profissão. O estudo da dinâmica da consolidação do Serviço Social no Brasil é contextualizado no debate da sociabilidade burguesa, no capitalismo monopolista, enquanto uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, uma vez que o significado dessa profissão remete ao processo de reprodução das relações sociais, aprofundando seus compromissos e desafios.

Palavras-chave: Fundamentos do Serviço Social. Sincretismo. Projeto Ético-Político. Serviço Social.

Fundamentals of Social Work: brief reflections on the syncretic structure and the challenges presented to the critical perspective of the profession

Abstract: This article aims to present reflections on the fundamentals of Social Work, making precise considerations about the syncretism of Social Work and the ethical-political direction of the profession. The study of the dynamics of the consolidation of Social Work in Brazil is contextualized in the debate of bourgeois sociability, in monopoly capitalism, as a profession inserted in the social and technical division of work, since the meaning of this profession refers to the process of reproduction of social relations, deepening its commitments and challenges.

Keywords: Fundamentals of Social Work. Syncretism. Ethical-Political Project. Social Work.

1. INTRODUÇÃO

Ao iniciarmos este debate acerca dos fundamentos do Serviço Social, faz-se necessário destacar que estamos tratando de uma profissão regulamentada no Brasil, desde o ano de 1957, a qual exige nível de ensino superior e está alocada na divisão social e técnica do trabalho (IAMAMOTO, 2012). Assim sendo, a atuação de seus profissionais orientada pela Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/1993), que estabelece as atribuições privativas e competências profissionais da/o Assistente Social; pelo Código de Ética

¹ Graduação em Serviço Social. Mestrado em Serviço Social e Política Social. Doutoranda em Serviço Social e Política Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Bolsista CAPES. E-mail: isabella.bolzan@uel.br.

² Graduação em Serviço Social. Mestrado em Serviço Social e Política Social. Doutorando em Serviço Social e Política Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Bolsista CAPES. E-mail: social.marcelo@gmail.com.

Profissional, documento que expressa os princípios, direitos e deveres das/os assistentes sociais; e, também, pelas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (IAMAMOTO, 2015).

Inserida na reprodução das relações sociais, dada gênese circunscrita no enfrentamento das expressões da “questão social” por meio das políticas sociais, como forma de assegurar as condições para o desenvolvimento do capitalismo monopolista (CARVALHO; IAMAMOTO, 2014; NETTO, 2011), o Serviço Social é uma profissão que se relaciona com os processos sociais, culturais, econômicos e políticos do modo de produção capitalista. Segundo Netto (2011), “a emergência profissional do Serviço Social [...]; enquanto profissão, [...] é indivorciável da ordem monopólica – ela cria e funda a profissionalidade do Serviço Social” (NETTO, 2011, p. 74). Neste prisma,

O Serviço Social só pode afirmar-se como *prática institucionalizada e legitimada* na sociedade ao responder a *necessidades sociais* derivadas da prática histórica das classes sociais na produção e reprodução dos meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada (IAMAMOTO, 2014, p. 20).

É neste contexto que o presente artigo propõe discorrer sobre os fundamentos do Serviço Social, sua emergência no modo de produção capitalista em seu estágio monopolista e os desafios postos aos fundamentos da formação profissional na cena contemporânea. Desta forma, os apontamentos realizados por José Paulo Netto (2011) em seu livro “Capitalismo Monopolista e Serviço Social”, Marilda Villela Iamamoto e Raul de Carvalho (2014) em seu livro “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil” e demais autores subsidiarão a construção da análise.

Este artigo é resultado de esforços investigativos dos autores, que se ancoraram numa revisão bibliográfica densa objetivando respostas a questões levantadas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina.

Para dar conta dos desafios propostos, o trabalho está estruturado em três unidades temáticas: a primeira, resgata breves apontamentos acerca da natureza e seu avanço enquanto profissão. A segunda, enquanto grande desafio, resgata o debate acerca do sincretismo e a estrutura sincrética da profissão. A terceira, expressa os caminhos para a ruptura do Serviço Social com o conservadorismo, contextualizando seus principais marcos e avanços a partir da aproximação com perspectiva crítica de Marx. Por fim, tece as considerações finais, apontando

os desafios e resistência do Projeto Ético-Político, enquanto perspectiva de uma profissão reconhecida e notadamente crítica.

2. O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: BREVES APONTAMENTOS ACERCA DE SUA NATUREZA E SEU AVANÇO ENQUANTO PROFISSÃO

Parte-se do pressuposto de que o Serviço Social é um produto histórico de uma determinada fase de desenvolvimento do modo de produção capitalista, no qual surgem novas demandas devido à intensificação dos padrões de exploração (NETTO, 2011). Neste sentido, o Estado passa a assumir novas funções e a dar respostas de forma contínua e sistemática às chamadas expressões da “questão social” por meio das políticas sociais, dado às reivindicações da classe operária e à essencial necessidade de manutenção do capitalismo em sua fase monopólica.

A “questão social” cujas protoformas se alicerçam na relação contraditória entre capital e trabalho, sendo consequência das relações existentes do modo de produção capitalista, se coloca como ameaça à ordem burguesa devido aos inúmeros desdobramentos políticos oriundos das demandas que as classes subalternas remetem ao Estado. A luta de classes constitui-se como fator determinante do surgimento da “questão social”, pois influenciou na consciência política dos trabalhadores, os quais se mobilizaram e iniciaram uma série de revoltas e revoluções ao reivindicar por melhores condições de vida e até a superação da sociedade capitalista. Segundo Yamamoto (2014, p. 84), “a *questão social* não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado”.

Diante deste contexto de exploração da força de trabalho enquanto apropriação da mão-de-obra do trabalhador, o capitalismo monopolista se apresenta diretamente ligado ao surgimento da “questão social” e, portanto, a necessidade do capital em criar formas de conter o avanço dos movimentos sociais. Netto (2011) afirma que é neste contexto que “[...] a profissionalização do Serviço Social tem sua base nas modalidades através das quais o Estado burguês se enfrenta com a “questão social”, tipificadas nas políticas sociais” (NETTO, 2011, p. 74).

É somente na ordem societária comandada pelo monopólio que se gestam as condições histórico-sociais para que, na divisão social (e técnica) do trabalho, constitua-se um espaço em que se possam mover práticas profissionais como as do assistente social (NETTO, 2011, p. 73).

Compreende-se que o Serviço Social nasce como uma demanda da sociedade capitalista, tendo em vista o período de industrialização e a pauperização consequente da acumulação. “A profissionalização do Serviço Social pressupõe a expansão da produção e de relações sociais capitalistas, impulsionadoras da industrialização e urbanização, que traz, no seu verso, a questão social” (IAMAMOTO, 2004, p. 13) e, como corrobora Netto (2011), a intervenção das/os profissionais da referida profissão situa-se sobre a “questão social”, conformada nas políticas sociais como forma de mitigar as reivindicações e ocultar a luta de classes (NETTO, 2011, p. 80).

Também é sabido que o Serviço Social no Brasil surgiu na década de 1930 e, segundo Iamamoto e Carvalho (2014), é no contexto de implementação do capitalismo no Brasil em que o Estado e a Igreja Católica estabeleceram uma aliança, onde a Igreja desempenhou importante papel na reprodução do capitalismo. No ano de 1936, é fundada a Primeira Escola de Serviço Social do país no estado de São Paulo e os referenciais orientadores do pensamento e da ação emergente do Serviço Social teve como fonte de inspiração a Doutrina Social da Igreja, a partir do ideário franco-belga, tendo como suporte filosófico o tomismo e o neotomismo.

Os primeiros objetivos da profissão, tendo em vistas seus referenciais, orientaram-se por posicionamentos de cunho humanista conservador e o enfrentamento da “questão social” baseou-se a partir de uma perspectiva moralizante.

É, a Igreja Católica que o Serviço Social brasileiro vai fundamentar a formulação de seus primeiros objetivos político/sociais orientando-se por posicionamentos de cunho humanista conservador contrários aos ideários liberal e marxista na busca de recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja face à “questão social” (YAZBEK, 2009, p. 04).

A década seguinte, 1940, é marcada pela aproximação da profissão com os países norte-americanos, principalmente os Estados Unidos, que influenciaram as propostas de trabalho do Serviço Social a partir de uma perspectiva conservadora de matriz positivista. É válido ressaltar que nesse período houve a união dos discursos humanistas e cristão, de origem católica (IAMAMOTO, 2014), com o suporte técnico-científico inspirado na teoria social positivista, imprimindo à profissão o denominado “arranjo teórico doutrinário” (YAZBEK, 2009). Ambas as perspectivas apontavam para a manutenção da ordem estabelecida, uma vez que as ações profissionais passaram a se caracterizar pelo pensamento conservador positivista.

Entretanto, atentas às particularidades do contexto político do País, as assistentes sociais buscavam aprimorar suas práticas e direcionalidades teóricas. Nesta perspectiva, as discussões e aprimoramentos culminaram em avanços gradativos e, mais tarde, no início da década de 1960 houve uma troca de saberes entre o Serviço Social brasileiro e países da América Latina. É a partir de então, em 1965, que o Serviço Social passa por um marco importante denominado Movimento de Reconceituação.

O serviço social sob influxos da atmosfera de predisposição à mudança, desencadeia em toda a América Latina um amplo movimento de renovação profissional em diferentes níveis: teórico, metodológico, técnico/operativo e ideopolítico. O movimento de reconceituação impõe aos assistentes sociais a necessidade de construir um novo projeto profissional, comprometido com as demandas e interesses dos trabalhadores e das camadas populares usuárias das políticas públicas. É no bojo desse movimento e em seus desdobramentos históricos, que se definem e confrontam diferentes tendências de profissão, que incidem nos seus fundamentos teóricos e metodológicos e na direção de sua intervenção (YASBEK, MARTINELI & RAICHELIS, 2008, p. 17).

O Serviço Social passa a se questionar acerca de seu aspecto conservador, buscando então uma fundamentação teórica que permitisse compreender a realidade a partir de outra perspectiva.

Este movimento de renovação que surge no Serviço Social na sociedade latino-americana impõe aos assistentes sociais a necessidade de construção de um novo projeto comprometido com as demandas das classes subalternas, [...]. É no bojo deste movimento, [...] que a interlocução com o marxismo vai configurar para o Serviço Social latinoamericano a apropriação de outra matriz teórica: a teoria social de Marx (YAZBEK, 2009, p. 7).

O Movimento de Reconceituação constitui-se um marco na trajetória do Serviço Social brasileiro, de onde se abrem caminhos para a ruptura com as práticas tradicionais e críticas aos fundamentos das abordagens do Serviço Social de caso, de grupo e de comunidade. De acordo com Iamamoto (2017), este movimento teve inicialmente uma base teórica e metodológica eclética, orientado amplamente pelas teorias desenvolvimentistas, porém, a partir da década de 1970 passou a tecer as primeiras aproximações com a tradição marxista. Este processo não foi nada fácil, pois em meio ao período da ditadura militar no Brasil (1964-1985),

[...] muitos colegas foram capturados pelo artil de transformar ciência em técnica social, subordinando-se à razão instrumental, seja pelo silêncio, seja pela convivência ativa com os poderes da ditadura. Buscavam o aperfeiçoamento técnico para a implementação de um conjunto de programas sociais compensatórios da repressão, do arrocho salarial e da desmobilização política das classes e grupos profissionais.

Muitos se mostraram dóceis às orientações conservadoras e tecnocráticas a serviço do grande capital, ante a expansão do braço repressivo do Estado. Ali também foram sufocadas as primeiras iniciativas críticas que, durante o período desenvolvimentista, tiveram lugar nos trabalhos comunitários e de educação popular com apoio nas contribuições do educador brasileiro Paulo Freire (IAMAMOTO, 2017, p. 27).

Com a crise da ditadura, conforme a autora supracitada, o Serviço Social também passa por um descompasso, pois, ao mesmo tempo que dispunha de condições materiais para avançar rumo às lutas pelos direitos sociais e políticos, ainda demandava por um volume de profissionais críticos que dessem direção a esta perspectiva. Todavia, tal contexto não foi capaz de apagar a capacidade organizativa e combativa do Serviço Social, “realizou-se um esforço de articulação entre a história do país, a crítica do conhecimento e a profissão, que passa a presidir o debate brasileiro no âmbito da tradição marxista” (IAMAMOTO, 1992, apud IAMAMOTO, 2017, p. 27).

Enquanto marco histórico, não apenas no Brasil, mas, em toda América Latina, pode-se afirmar, de acordo com Netto (2005), que a principal conquista do Movimento de Reconceituação, localiza-se “num plano preciso: o da recusa do profissional de Serviço Social de situar-se como um agente técnico puramente executivo” (quase sempre na execução terminal de políticas sociais). Ou seja, as/os profissionais passam então a ocupar um espaço de protagonismo, outorgando para si atividades de planejamento que extrapolam os níveis de intervenção microssocial, assumindo o compromisso intelectual e da qualificação do exercício profissional, bem como superando o caráter dicotômico entre os teóricos, profissionais que pensa e profissionais da prática (NETTO, 2005).

Apesar de equívocos e dilemas neste marco, é preciso destacar o avanço adquirido pela aproximação com a tradição marxista, o qual propiciou um salto qualitativo na produção teórica e crítica do Serviço Social, principalmente, a partir da década de 1980, o que possibilitou atingir uma maturidade intelectual da categoria, resultante na abertura e expansão dos cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado. Com a aproximação da tradição marxista, o Serviço Social passou a refletir a necessidade de renovação teórico-metodológica da ação profissional, sendo decisivo para uma nova direção da profissão, como forma de desvencilhar-se de suas protoformas e criar caminhos rumo ao rompimento com o Serviço Social tradicional.

Revisitar os fundamentos do Serviço Social brasileiro é, de fato, se colocar em conexão com a história, sem desconsiderar os diferentes contextos que convergem historicamente para o modo de ser e aos avanços normativos, teórico-metodológicos e ético-

políticos da profissão. Ao proceder tal resgate, torna-se indispensável recuperar uma das discussões mais densas e complexas, mas que explica a afirmação do Serviço Social brasileiro e permitem compreender na contemporaneidade o seu significado social, denominada como estrutura sincrética, ineditamente nos anos de 1990, pelo professor José Paulo Netto.

3. BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA ESTRUTURA SINCRÉTICA DO SERVIÇO SOCIAL

Netto (2011) destaca que a estrutura sincrética do Serviço Social está presente tanto nas demandas quanto nos espaços sócio-ocupacionais das/os assistentes sociais. Para o autor, apreender a particularidade da gênese histórico-social da profissão de forma alguma se esgota numa referência abstrata da “questão social”. É preciso compreender as particularidades do surgimento e legitimidade profissional do Serviço Social em sua relação intrínseca com as peculiaridades da questão social que, conforme o autor, se assentam no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopólica (NETTO, 2011, p. 18).

Neste sentido, “o capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica” (NETTO, 2011, p. 19). Tal compreensão é indispensável para não se desconsiderar as condições histórico-sociais da emergência do Serviço Social como profissão, a saber o conjunto de processos econômicos, sociais, políticos, teóricos e culturais. “Sem a consideração desse marco específico, a análise da história do Serviço Social perde concreção e acaba por transformar-se numa crônica historiográfica e linear” (NETTO, 2011, p. 69).

Assim sendo, conforme o autor, pode-se considerar ainda que o campo do Serviço Social passa a congregar

[...] uma dupla dinâmica: a que decorre do confronto entre os protagonistas sócio-históricos na emersão da ordem monopólica e a que se instaura quando, esbatendo mediatamente aquele confronto na estrutura sócio-ocupacional, todo um caldo cultural se instrumentaliza para dar corpo a alternativas de intervenção social profissionalizadas (NETTO, 2011, p. 80).

Posto as condições sócio-históricas e dinâmicas do processo de profissionalização do Serviço Social, Netto (2011) apresenta um tratamento privilegiado acerca de sua estrutura sincrética. Ao considerar os documentos e seus derivados estudos produzidos pela categoria, o autor considera que se estabeleceu uma determinada dependência do estatuto profissional em

relação ao seu fundamento científico. Ainda que haja predominância, o autor considera que compreendê-la adequadamente é uma tarefa em aberto, apontando pistas e desafios que podem elevar a análises mais sólidas.

O estatuto profissional e a composição profissão ser essencialmente feminina são elementos objetivos da estrutura sincrética do Serviço Social. O primeiro e o último elemento podem ser compreendidos a partir das demandas histórico-sociais e até mesmo ao horizonte do exercício profissional. Com relação ao Estatuto Profissional, este torna-se relevante à profissão na medida em que se propicia uma nova imagem desvinculada às suas protoformas. De acordo com Souza (2014), ao citar Netto (2009, p. 14), afirma-se que

A captação da estrutura sincrética do Serviço Social diz respeito à compreensão da marca nativa de seu processo de gênese histórica e institucionalidade. Por esse motivo, o Serviço Social, tomado como sistema sincrético, equivale à explicitação de um traço singular de sua profissionalização. A tese do sincretismo foi originalmente pensada para refletir a ossatura teórico-prática do Serviço Social “das suas origens aos anos 1960” (SOUZA, 2014, p. 538).

Netto (2011) ressalta ainda que é ilusório interpretar que com as novas matrizes teóricas incorporadas no Serviço Social tenha se culminado na redefinição do estatuto da profissão. Em suma, “os papéis profissionais vêem-se em xeque – pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas, pelo grau de agudeza e de explicitação das lutas de classes, pela emergência [...] de novos padrões jurídicos” (NETTO, 2011, p. 89), ou seja, deve-se considerar a compreensão do Estatuto Profissional, necessário ao processo de institucionalização de toda atividade profissional, ancorado ao dinamismo histórico-social que repõe às profissões a necessidade de mudanças de direção. Desta forma, “a tese do sincretismo contém, [...] uma das mais profícuas indicações ontológicas e investigativas sobre o Serviço Social, e seu significado social, na teia da reprodução social burguesa e capitalista” (SOUZA, 2014, p. 536).

O sincretismo nos parece ser o fio condutor da afirmação e do desenvolvimento do Serviço Social como profissão, seu núcleo organizativo e sua norma de atuação. Expressa-se em todas as manifestações da prática profissional e revela-se em todas as intervenções do agente profissional como tal (NETTO, 2011, p. 92).

Segundo a análise do autor, a própria sociabilidade burguesa do capitalismo monopolista é um dos determinantes que constituem a estrutura sincrética do Serviço Social. Isso pode ser explicado pelo fato de o capital ao agudizar as expressões da “questão social”,

necessitou de específicas intervenções, ou seja, “o sincretismo foi um princípio constitutivo do Serviço Social” (NETTO, 2011, p. 92).

[...] a própria natureza sócio-profissional do Serviço Social. É desta que decorrem, posta a carência de um referencial teórico crítico-dialético, as peculiaridades que fazem dele um exercício prático-profissional medularmente sincrético (NETTO, 2011, p. 92).

Neste prisma, outro ponto importante é considerar o debate entre estatuto teórico e estatuto profissional sem perder de vista a contextualização da estrutura sincrética como exercício prático profissional. Ainda de acordo com Netto (2011), a presença do sincretismo na história do Serviço Social é uma configuração do conservadorismo burguês. Segundo Souza (2014, p. 534), “a divisão social do trabalho e o horizonte institucional que marcam o exercício profissional [...], intensificados na quadra histórica neoliberal [...], não parecem conter um conteúdo [...] capaz de sinalizar a superação do sincretismo”.

Se o adensamento à perspectiva teórica marxista não eliminou o pensamento conservador no Serviço Social, é importante sinalizar quanto aos riscos da propensão do sincretismo profissional, do sincretismo teórico e, principalmente, do sincretismo ideológico para o ecletismo como ideia de superação do ranço conservador. É válido ressaltar que a relação do conservadorismo com o Serviço Social é socialmente determinada, pois demarcou a natureza desta profissão e, de forma tendenciosa, busca se reatualizar à medida que se aprofundam as pressões da ordem de sociabilidade do capital, ora pelo aligeiramento e precarização da formação profissional, ora pelas condições de vida das/os trabalhadoras/es e das próprias demandas postas para a profissão na sociedade capitalista.

4. O SERVIÇO SOCIAL ENQUANTO PROFISSÃO A PARTIR DA DÉCADA DE 1980: DIREÇÃO PARA A RUPTURA COM O CONSERVADORISMO

É preciso considerar que os debates que antecederam a década de 1980, foram potencializados pelo conhecido Congresso da Virada, em 1979 que, em meio a uma conjuntura de crise da ditadura militar possibilitou ao Serviço Social brasileiro o importante avanço que corroborou com as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, no ano de 1982, e o Código de Ética Profissional do Assistente Social em 1986.

Esse congresso é um marco simbólico na recusa do conservadorismo de origem no Serviço Social brasileiro em favor de sua renovação histórico-crítica. O III CBAS articula, unifica e simboliza a “virada” dos compromissos políticos do Serviço Social com as classes dominantes e o poder político que presidiram sua institucionalização e desenvolvimento no país. Os assistentes sociais, como coletividade, passam a sintonizar-se com os interesses e necessidades de trabalhadores e trabalhadoras em luta pela democracia. O *“Congresso da Virada” expressa a luta pela hegemonia no universo de assistentes sociais: na sua atuação, na formação acadêmica e na produção de conhecimentos na área de Serviço Social.* (IAMAMOTO, 2020, p. 05).

Face à conjuntura política, econômica e social, dado contexto de efervescência dos movimentos sociais contra a Ditadura Militar e em defesa da redemocratização no País, tais proposições apontaram novos caminhos aos Fundamentos da Formação Profissional, através das Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, de 1982, e o Código de Ética Profissional do Assistente Social em 1986.

Tais documentos refletem o processo histórico de discussão que compreende o projeto de renovação profissional, que envolveu várias universidades e manifestações que se aprofundaram no interior da categoria, dando direção às suas entidades organizativas e à formação profissional. Faz-se mister destacar que o projeto curricular de 1982, embasado pela pesquisa da ABESS (1982), constituiu-se um dos grandes marcos ao que se refere os fundamentos da formação profissional na renovação do Serviço Social. Permitiu, além da organização política da categoria, reflexões éticas e ampliação significativa das pesquisas culminando na qualificação do exercício profissional junto à classe trabalhadora, tal como o Código de Ética Profissional de 1986 (ABESS/CEDEPSS, 1995).

A direção social vinculada aos interesses da classe trabalhadora também é expressa na reformulação do Código de Ética Profissional, enquanto compromisso ético-político norteador da prática profissional. Tido como uma referência do processo de renovação profissional, na perspectiva de ruptura com o Serviço Social tradicional, o Código de Ética de 1986 reafirma a dimensão política da prática profissional e avança eticamente no sentido de sua crítica aos valores universais tomados abstrata e a-historicamente nos códigos anteriores. Sua oposição ao conservadorismo ético-profissional reafirma o processo de avanço teórico-político da profissão legitimando a construção de uma prática comprometida com a transformação profissional (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 146).

A década de 1980 expressou, de fato, imensos desafios a esta profissão, seja no campo acadêmico, seja no exercício profissional, tido como prática, bem como no campo ético e político. A transição democrática, que apontou para o arrefecimento do regime ditatorial brasileiro, impulsionou a profissão a assumir uma vertente vinculada com o projeto democrático-popular que, durante a primeira metade de 1980, congregou vanguardas

profissionais comprometidas/os em construir a imagem da profissão através de engajamento político e de crescente explicitação da dimensão política e do seu significado social. É esta organização, juntamente com o arcabouço de referências teóricas e ideopolíticas comprometidas com o repensar a profissão de forma crítica, que permitiu a qualificação do debate acadêmico e político do Serviço Social brasileiro neste período. (RAICHELIS, 2006).

Numa outra conjuntura política, não tão distinta das anteriores no que diz respeito aos valores da autocracia burguesa, logo após à Constituição Federal de 1988, a década de 1990 é marcada pelos avanços do capitalismo neoliberal. Todavia, tal conjuntura foi profícua para o avanço desta profissão, cujo reconhecimento se deve à sua base organizativa, ancorada pela perspectiva marxista, tanto na inserção profissional junto aos movimentos sociais quanto na produção de conhecimento e nos desafios assumidos por suas entidades (CFESS-CRESS, ABEPSS, ENESSO).

Em 1993 foi revisto e aprovado o novo Código de Ética Profissional, marco fundamental para a profissão, juntamente com a aprovação das novas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), em 1996. Nesta organização, tais entidades representativas foram capazes de assumir uma direção crítica e pautar por um projeto vinculado às lutas sociais e a defesa da classe trabalhadora. É ainda nesta década que a profissão avança no debate que se convencionou chamar de Projeto Ético-Político. Este Projeto é resultado da representação e maturidade desta profissão, na leitura dos projetos societários e profissionais que perpassam pelo reconhecimento da liberdade enquanto valor ético central, na defesa intransigente dos direitos humanos e assumindo definitivamente compromisso com e enquanto classe trabalhadora.

Esquemáticamente, este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional (NETTO, 1999, p. 15-16).

Os referidos documentos expressam o marco do reposicionamento da profissão, imprimindo tanto uma direção política quanto uma dimensão ética definidas pelas atribuições e competências profissionais, quanto à dimensão intelectual que corrobora na

indissociabilidade entre trabalho e formação profissional. Todavia, é preciso ter nítida compreensão do atual contexto econômico, político e ético que marcam o atual cenário brasileiro que desafiam às/os profissionais que se colocam na contra-corrente, pois, tal como já nos assinalava Netto (1999), o desdobramento ético-político das/dos assistentes sociais, só adquire concretude se o seu corpo profissional estiver articulado aos segmentos das demais categorias profissionais, bem como aos movimentos e lutas gerais da classe trabalhadora.

Trazer ao debate os aspectos teórico-metodológicos, bem como desafios aos fundamentos contemporâneos do Serviço Social brasileiro e do trabalho profissional da/o assistente social constitui-se, acima de tudo, um imenso desafio. Todavia, indispensável se faz considerar o caráter dialético e histórico dessa profissão, cuja gênese é demarcada pela conjuntura e suas características que imprimiram um modo de ser e do fazer profissional em cada período. Isto expressa um esforço teórico para compreender o seu significado, sua consolidação e os desafios que se colocam na cena contemporânea às/aos profissionais, trabalhadoras/es que vendem sua força de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou um imenso desafio ao discutir os principais elementos que constituem os fundamentos do Serviço Social. Desta forma, partimos da concordância com os autores que constroem a perspectiva teórico crítica do Serviço Social. Consideramos que enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, na reprodução das relações sociais, o Serviço Social se desenvolve no bojo do capitalismo em seu estágio monopolista. Assim sendo, o desafio do debate acerca da estrutura sincrética, não tão aprofundado nos estudos e produções bibliográficas atualizadas.

Desde a década de 1930, até o presente momento, o Serviço Social se apresenta como uma profissão que experimentou e continua passando por diversas alterações. Sobretudo, partir da década de 1990, onde a conjuntura brasileira aspirada pelos adventos do neoliberalismo impactará diretamente a profissão que, a partir de então, passa a lidar com as transformações no mundo do trabalho. O contexto resultará na precarização do trabalho, nas condições de vida da classe trabalhadora e, conseqüentemente, na precarização dos espaços ocupacionais onde se inserem as/os assistentes sociais.

Não obstante, no âmbito da formação profissional, além do confronto com o conservadorismo, em relação às referências teórico-metodológicas, aprofundam-se as

interferências do pensamento pós-moderno, em vistas ao questionamento acerca da tradição marxista e como tentativa de colocar em xeque a hegemonia do Projeto Ético-Político Profissional.

O desafio está posto a tais profissionais, uma vez que o enfrentamento às expressões que se constituem nas particularidades da “questão social” diz respeito à criação de formas coletivas de enfrentamento das desigualdades e das mazelas oriundas do modo de produção capitalista. Contudo, as/os assistentes sociais enquanto trabalhadoras/es assalariada/os e participantes do trabalho coletivo, precisam estar atentas/os aos impactos das transformações societárias.

Essencialmente, o Projeto Ético-Político direciona na contemporaneidade a imagem de uma profissão crítica, ou seja, expressa seus objetivos, valores, prescrição de compromissos éticos para o exercício profissional, ao dar direcionamento aos profissionais, vinculando-se a um projeto societário que proponha uma nova ordem social. Neste sentido, compete às/aos assistentes sociais a atuação crítica vinculada a uma análise da realidade, bem como na mobilização e articulação com outras profissões, bem como a luta geral das/os trabalhadores, haja vista que as expressões da “questão social”, diante do neoliberalismo crescente, tendem a se intensificar.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS – Proposta básica para o Projeto de formação Profissional. *In: Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, Ano XVIII, n. 50, abr., 1996

IAMAMOTO, M. V. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. *In: CFESS. ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS DO ASSISTENTE SOCIAL em questão*. Brasília, DF: CFESS, 2012, p. 33-74. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2023.

_____, M. V. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica / Marilda Villela Yamamoto, Raúl de Carvalho. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

_____, M V. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____, 40 anos da “virada do Serviço Social no Brasil. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 20, n.1, p. 1-20, jan. / jun. 2020. ISSN 1980-8518.

_____, 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão.

Serviço Social e Sociedade [Internet]. 2017. Jan; (Serv. Soc. Soc., 2017 (128)). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.091>. Acesso em: 20 jan. 2023.

MIOTO, R. C. T.; NOGUEIRA, V. M. R. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 61-71, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v16nspe/05.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

NETTO, J. P. **A construção do projeto ético-político contemporâneo in Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 1 – Brasília: Cead/ABEPSS/CFESS, 1999.

_____, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____, J. P. **O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 84 – ANO XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.

SOUZA, J. M. A. de. Três notas sobre o sincretismo no Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 119. p. 531-559, jul./set. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/TJmstk9shW6Np8JMNqrDk3j/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 jan. 2023.

YASBEK, M. C.; MARTINELLI, M. L.; RAICHELIS, R. **O Serviço Social Brasileiro: fortalecendo a profissão na defesa de direitos**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez, ano XXIX, n. 95, 2008.

_____, M. C. **Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade**. 2009. Disponível em: <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/ZxJ9du2bNS66joo4oU0y.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2023.